Capítulo XXV — Continuação do precedente

Continuemos a explicar o fato particular que nos ocupa neste momento, o fato que, no limiar do futuro, se ergue como um gigante diante do mundo espavorido: o comunismo e o socialismo. Como quereis que a juventude estudiosa não lhes haure os princípios na nossa educação pagã, se ali estão por inteiro e se os homens mais distintos não souberam defender-se deles? Digo-o com pesar e desculpando as intenções:

> *A longa frequentação dos antigos não fez um comunista de Fénelon, desse homem que a Europa moderna olha com razão como o mais belo tipo da perfeição moral? Lede o seu Telêmaco, esse livro que se apressam a pôr nas mãos da infância; ali vereis Fénelon tomar emprestados os traços da própria Sabedoria para instruir os legisladores. E sobre que plano organiza ele a sua sociedade modelo? De um lado, o legislador pensa, inventa, age; do outro, a sociedade, impassível, inerte, deixa-se fazer. O móvel moral, o princípio de ação é assim arrancado a todos os homens para ser o atributo de um só. Precursor dos nossos mais audazes organizadores modernos, Fénelon decide da alimentação, da moradia, do vestuário, dos jogos, das ocupações de todos os salentinos. Diz o que lhes será permitido beber e comer, sobre que plano as suas casas deverão ser construídas, quantos aposentos terão, como serão mobiliadas.*[1]

> *Mentor, diz ele, estabelece magistrados a quem os mercadores prestavam contas dos seus efeitos, dos seus lucros, das suas despesas e das suas empresas... Aliás, a liberdade do comércio era inteira... Regulou os trajes, a alimentação, os móveis, a grandeza e o ornato das casas para todas as diferentes condições. Regulai as condições pelo nascimento, dizia ele ao rei... As pessoas do primeiro escalão, depois de vós, serão vestidas de branco... as do segundo, de azul... as do terceiro, de verde... as do quarto, de amarelo-aurora... as do quinto, de vermelho pálido ou rosa... as do sexto, de cinza-linho... e as do sétimo, que serão as últimas do povo, de uma cor mesclada de amarelo e branco. Eis os trajes dessas diferentes condições para os homens livres. Todos os escravos serão vestidos de cinza-pardo; jamais se tolerará nenhuma mudança, nem quanto à natureza dos tecidos, nem quanto à forma dos trajes.*[2]

>

> *Regula do mesmo modo a alimentação dos cidadãos e dos escravos; dá modelos de uma arquitetura simples e graciosa. Quis que cada casa um tanto considerável tivesse um salão e um peristilo, com pequenos aposentos para todas as pessoas livres.*

Não se reconhece nisso uma imaginação inflamada pela leitura de Platão e pelo exemplo de Licurgo, divertindo-se em fazer experiências com homens como com vil matéria?[3] Onde se achará descrita em termos mais sedutores a onipotência do Estado, o seu direito de regulamentação universal, a sua personalidade única, sonhada pelos nossos socialistas atuais? Não há motivo para perguntar se o que se acaba de ler é uma página do *Telêmaco* ou um capítulo da *Icária* do Sr. Cabet?

> *Há outro homem, quase igual a Fénelon pela inteligência e pelo coração, e que, mais que Fénelon, ocupou-se de educação: é Rollin. Pois bem! a que grau de enfermidade intelectual e moral a longa frequentação da antiguidade não reduzira esse bom homem Rollin! Não se podem ler os seus livros sem sentir-se tomado de tristeza e de piedade. Não se sabe se é cristão ou pagão, tão imparcial se mostra entre Deus e os deuses. Os milagres da Bíblia e as lendas dos tempos heroicos encontram nele a mesma credulidade. Sobre a sua fisionomia plácida, vê-se sempre errar a sombra das paixões guerreiras; só fala de dardos, de espadas e de catapultas; é para ele um dos problemas sociais mais interessantes saber se a falange macedônica valia mais que a legião romana. Exalta os romanos por só se terem entregado às ciências que têm por objeto a dominação, a eloquência, a política, a guerra. Todo o seu incenso é para Marte e Belona, mal desvia alguns grãos para Cristo... A intervenção do legislador em todas as coisas lhe parece tão indispensável que felicita muito seriamente os gregos por ter vindo um homem chamado Pelasgo ensinar-lhes a comer bolotas. Antes, diz ele, pastavam a erva como os bichos.*[4]

Depois de algumas reservas quanto às leis de Licurgo, Rollin admite sem dificuldade o princípio comunista desse legislador, a saber: que a lei cria a propriedade.

> *O roubo, diz ele, era permitido em Esparta; era severamente punido entre os citas. A razão dessa diferença é sensível; é que a lei, que só ela decide da propriedade e do uso dos bens, nada concedera entre os citas a um particular sobre o bem de outro, e que a lei, entre os lacedemônios, fizera o contrário.*

Se a lei é a razão de ser da propriedade, por que, pergunta Proudhon, não seria ela também a razão de ser do roubo? Que responder a essa pergunta?

Depois de Rollin vem Montesquieu, de quem cada frase teve por tanto tempo o privilégio de fazer autoridade e cujos escritos exerceram sobre o espírito da sociedade uma influência decisiva. Ora, Montesquieu, digno discípulo do paganismo, não cessa de admirar e de propor à admiração dos seus leitores as instituições da antiguidade mais comunistas e mais bárbaras.

> *Os antigos gregos, diz ele, penetrados da necessidade de que os povos que viviam sob um governo popular fossem educados para a virtude, fizeram para inspirá-la instituições singulares... As leis de Creta eram o original das de Lacedemônia, e as de Platão eram a sua correção. Peço que se atente um pouco para a extensão de gênio que era preciso a esses legisladores para ver que, chocando todos os usos recebidos, confundindo todas as virtudes, mostrariam ao universo a sua sabedoria. Licurgo, misturando o furto com o espírito de justiça, a mais dura escravidão com a extrema liberdade, os sentimentos mais atrozes com a maior moderação, deu estabilidade à sua cidade. Pareceu tirar-lhe todos os recursos, as artes, o comércio, o dinheiro, as muralhas; tem-se ali ambição sem esperança de ser melhor; têm-se os sentimentos naturais, e não se é nem filho, nem marido, nem pai. É por esses caminhos que Esparta é conduzida à grandeza e à glória; mas com tal infalibilidade das suas instituições que nada se obtinha contra ela ganhando batalhas, se não se conseguisse tirar-lhe a sua polícia.*[5]

Mais adiante, exaltando o espírito de ambição que, à imitação dos gregos e dos romanos, impele hoje a juventude da Europa inteira ao desprezo das profissões humildes mas úteis e produz o desclassificamento universal, formidável auxiliar do socialismo, exprime-se assim:

> *É preciso meter na cabeça que, nas cidades gregas, sobretudo naquelas que tinham por principal objeto a guerra, todos os trabalhos e todas as profissões que podiam levar a ganhar dinheiro eram consideradas indignas de um homem livre. "A maior parte das artes, diz Xenofonte, corrompem o corpo dos que as exercem; obrigam a sentar-se à sombra ou perto do fogo: não se tem tempo nem para os amigos nem para a república." Foi só na corrupção de algumas democracias que os artesãos chegaram a ser cidadãos. É o que Aristóteles nos ensina; e sustenta que uma boa república jamais lhes dará o direito de cidade.*[6]

Espantai-vos se hoje todos querem ser cidadãos; se os livros dos filósofos e os discursos dos revolucionários estão cheios de declamações contra as artes; se o povo-rei lhes quebrou tão estupidamente as obras-primas!

> *A agricultura, continua Montesquieu, era ainda uma profissão servil, e de ordinário era algum povo vencido que a exercia: os hilotas entre os lacedemônios, os periecos entre os cretenses, os pênestas entre os tessálios; outros povos escravos em outras repúblicas. Enfim, todo o comércio era infame entre os gregos. Seria preciso que um cidadão tivesse prestado serviços a um escravo, a um locatário, a um estrangeiro: essa ideia chocava o espírito da liberdade grega. Assim Platão quer, nas suas leis, que se puna um cidadão que fizesse comércio. Estava-se, pois, muito embaraçado nas repúblicas gregas: não se queria que os cidadãos trabalhassem no comércio, na agricultura ou nas artes; também não se queria que fossem ociosos. Achavam ocupação nos exercícios que dependem da ginástica e nos que tinham relação com a guerra: a instituição não lhes dava outros.*[7]

Eis o que é ainda mais diretamente comunista:

> *Não basta, acrescenta o digno pupilo da bela antiguidade pagã, que, numa boa democracia, as porções de terra sejam iguais; é preciso que sejam pequenas, como entre os romanos... Como a igualdade das fortunas mantém a frugalidade, a frugalidade mantém a igualdade das fortunas. Essas coisas, embora diferentes, são tais que não podem subsistir uma sem a outra.*[8]

Mais adiante, acha admirável uma instituição que fará sorrir os Srs. Cabet e Considerant.

> *Os samnitas, diz ele, tinham um costume que, numa pequena república, e sobretudo na situação em que estava a deles, devia produzir admiráveis efeitos. Reuniam-se todos os jovens e julgavam-nos. O que era declarado o melhor de todos tomava por mulher a moça que queria; o que tinha os sufrágios depois dele escolhia ainda, e assim por diante... Seria difícil imaginar uma recompensa mais nobre, maior, menos onerosa a um pequeno Estado, mais capaz de agir sobre um e outro sexo. Os samnitas descendiam dos lacedemônios; e Platão, cujas instituições não são senão a perfeição das leis de Licurgo, deu mais ou menos uma lei semelhante.*[9]

Montesquieu deveria ter-nos dito quais eram os efeitos admiráveis desses casamentos, impostos pela lei. Tudo o que sei, e isso não é admirável, é que a liberdade de uma das partes não era contada para nada. Quando, pois, os apóstolos da liberdade estarão de acordo consigo mesmos?

À medida que o tempo caminha, os frutos da árvore pagã chegam à maturidade. Depois de Montesquieu vem Rousseau. Mais que qualquer outro, o seu espírito inspirou a revolução francesa.

> *As suas obras, diz Louis Blanc, estavam sobre a mesa do comitê de salvação pública. Os seus paradoxos, que o seu século tomou por ousadias literárias, deviam logo ressoar nas assembleias da nação sob a forma de verdades dogmáticas e cortantes como a espada. O seu estilo lembrava a linguagem veemente e patética de um filho de Cornélia.*

Pagão pela linguagem, Rousseau o era também pelas ideias; ele mesmo diz que a leitura de Plutarco o fez o que é. Depois, rendendo homenagem a Esparta, sua mãe nutriz, exclama:

> *Esquecerei que foi no seio da Grécia que se viu erguer-se essa cidade tão célebre pela sua feliz ignorância como pela sabedoria das suas leis, essa república de semideuses mais que de homens, tanto as suas virtudes pareciam superiores à humanidade? Ó Esparta! opróbrio eterno de uma vã doutrina! Enquanto os vícios, conduzidos pelas belas-artes, se introduziam em Atenas; enquanto um tirano ali reunia com tanto cuidado as obras do príncipe dos poetas, tu expulsavas dos teus muros as artes e os artistas, as ciências e os sábios![10]*

Depois de ter, por essas declamações, enchido de ideias espartanas o espírito público e preparado o atroz vandalismo da revolução francesa, continua a inspirar-se ele mesmo da bela antiguidade para solapar todas as bases da sociedade:

> *Suponho-me, diz ele, no liceu de Atenas, repetindo as lições dos meus mestres, tendo os Platões e os Xenócrates por juízes e o gênero humano por auditório. Enquanto os homens se contentaram com as suas cabanas rústicas, enquanto se contentaram em coser as vestes de peles com espinhas, em enfeitar-se de plumas e conchas, em pintar o corpo de diversas cores... enquanto só se ocuparam de obras que um só podia fazer, viveram livres, sãos e felizes. Desde o instante em que um homem precisou do socorro de outro; desde que se percebeu que era útil a um só ter provisões para dois, a igualdade desapareceu, a propriedade introduziu-se, o trabalho tornou-se necessário. A metalurgia e a agricultura foram as duas artes cuja invenção produziu essa grande revolução. Para o poeta, é o ouro e a prata; para o filósofo, é o ferro e o trigo que civilizaram os homens e perderam o gênero humano.[11]*

Sair do estado social para voltar o mais depressa possível ao estado de natureza; desconhecer todas as relações de superioridade, de respeito, de afeição, de propriedade que o pacto social, produto da corrupção, estabeleceu entre os homens; proclamar o direito inalienável e ilimitado de cada indivíduo a tudo o que o tenta e que pode alcançar: tais são, segundo Rousseau, os deveres naturais do homem. Se tivesse morrido alguns anos mais tarde, teria visto com os próprios olhos

esses deveres literalmente cumpridos pelos seus discípulos; e Licurgo, Platão, Xenócrates, seus dignos mestres, estremecer por ter achado um intérprete tão fielmente escutado.

Com efeito, Rousseau dissera:

> *A propriedade é de convenção e de instituição humana, ao passo que a liberdade é um dom da natureza.*

E Mirabeau prossegue:

> *A propriedade é uma criação social. As leis não protegem, não mantêm somente a propriedade, fazem-na nascer.*

No seu famoso discurso sobre a supressão dos dízimos, em que o Sr. Thiers, o defensor da propriedade, acha traços decisivos de razão e de ironia, o fogoso orador exprime-se assim:

> *O dízimo é o subsídio com que a nação assalaria os oficiais de moral e de instrução.*

A inconveniência dessas expressões excitou murmúrios à direita da Assembleia, e então o eloquente marquês exclama:

> *Seria tempo de abjurar os preconceitos de ignorância orgulhosa que fazem desdenhar as palavras salários e assalariados. Só conheço três maneiras de existir na sociedade: é preciso ser mendigo, ladrão ou assalariado. O proprietário não é ele mesmo senão o primeiro dos assalariados. O que vulgarmente chamamos propriedade não é outra coisa senão o preço que lhe paga a sociedade pelas distribuições que está encarregado de fazer aos outros indivíduos por meio dos seus consumos e das suas despesas: os proprietários são os agentes, os ecônomos do corpo social.*

Robespierre acrescenta:

> *Ao definir a liberdade, essa primeira necessidade do homem, o mais sagrado dos direitos que tem da natureza, dissemos com razão que tem por limite o*

> *direito alheio. Por que não aplicastes esse princípio à propriedade, que é uma instituição social, como se as leis da natureza fossem menos invioláveis que as convenções dos homens?... A propriedade é o direito que cada cidadão tem de gozar e dispor dos bens que lhe são garantidos pela lei.*

Segue-se daí que o legislador pode pôr ao exercício do direito de propriedade, pois o cria, as condições que lhe aprouver. Assim Robespierre apressa-se a deduzir da sua definição o direito ao trabalho, o direito à assistência e o imposto progressivo.

> *"A sociedade, diz ele, é obrigada a prover à subsistência de todos os seus membros, seja proporcionando-lhes trabalho, seja assegurando meios de existir aos que estão fora de condições de trabalhar. Os socorros necessários à indigência são uma dívida do rico para com o pobre. Cabe à lei determinar a maneira como essa dívida deve ser quitada. Os cidadãos cuja renda não excede o que é necessário à sua subsistência são dispensados de contribuir para as despesas públicas. Os outros devem suportá-las progressivamente, segundo a extensão da sua fortuna.*

Mais explícito ainda, Bruto Saint-Just proclama o trabalho uma infâmia e o comunismo o único meio de dar costumes aos franceses:

> *"Um ofício, diz ele com Licurgo, não convém ao verdadeiro cidadão. A mão do homem só é feita para a terra e para as armas. No dia em que me convencer de que é impossível dar aos franceses costumes doces, sensíveis e inexoráveis para com a tirania e a injustiça, apunhalar-me-ei. Se houvesse costumes, tudo iria bem; são precisas instituições para depurá-los. Para reformar os costumes, é preciso começar por contentar a necessidade e o interesse. É preciso dar algumas terras a todo mundo. As crianças são vestidas de tela em toda estação. Deitam-se em esteiras e dormem oito horas. São nutridas em comum e só vivem de raízes, frutas, legumes, pão e água. Só podem provar carne depois dos dezesseis anos. Os homens de vinte e cinco anos serão obrigados a declarar todos os anos, no templo, os nomes dos seus amigos. Quem abandonar o seu amigo sem razão suficiente será banido.*

Terminemos estas citações, que seria fácil multiplicar. Permita-se-me apenas coroá-las com a seguinte anedota. Quando se tratou de dar à França a Constituição do ano III, um dos membros da comissão encarregada de preparar o trabalho, Hérault de Séchelles, nada achou de melhor que tomar por modelo as *Leis de Minos*. Em consequência, apressou-se a escrever a um dos seus amigos, o autor de *Anacársis*, conservador da biblioteca nacional, para pedir-lhe que lhe enviasse sem demora o código do legislador cretense! Tente-se negar agora o poder das lembranças de

colégio e a influência social da bela antiguidade!

É de propósito que me detive longamente na filiação do socialismo. De um lado, constitui o mais formidável inimigo da Europa atual; de outro, atacando diretamente o interesse material, é de natureza a fazer compreender melhor que todas as outras considerações o perigo do paganismo clássico, de que é a irrecusável progênie.

> *Tal é, pois, em duas palavras, a marcha impressa à revolução pelo convencionalismo greco-latino. Platão marcou o ideal. Padres e leigos, nos séculos XVI, XVII e XVIII, põem-se a celebrar essa maravilha. Chega a hora da ação: Mirabeau desce o primeiro degrau, Robespierre o segundo, Saint-Just o terceiro, Antonelle o quarto, e Babeuf, mais lógico que todos os seus predecessores, ergue-se no último, no comunismo absoluto, no platonismo puro. Deveria citar aqui os seus escritos; limitar-me-ei a dizer, pois isso é característico, que os assinava Catus Gracchus.*[12]

Para atenuar a influência do paganismo clássico, diz-se: As classes inferiores não conhecem nem Licurgo nem Platão, e contudo hoje são socialistas. Deixarei ao nosso grande admirador dos pagãos, o Sr. Thiers, a honra de responder:

> *O ensino secundário, diz ele, ensina aos filhos das classes esclarecidas as línguas antigas... não são somente palavras que se ensinam às crianças ao ensinar-lhes o grego e o latim, são coisas nobres e sublimes,*[13] *é a história da humanidade sob imagens simples, grandes, indeléveis... A instrução secundária forma o que se chamam as classes esclarecidas de uma nação. Ora, se as classes esclarecidas não são a nação inteira, caracterizam-na. Os seus vícios, as suas qualidades, os seus pendores bons e maus logo são os da nação inteira, fazem o próprio povo pelo contágio das suas ideias e dos seus sentimentos. (Muito bem.) A antiguidade, ousemos dizê-lo a um século orgulhoso de si mesmo, a antiguidade é o que há de mais belo no mundo. Deixemos, senhores, deixemos a infância na antiguidade como num asilo calmo, tranquilo e sadio, destinado a conservá-la fresca e pura.*[14]

Sim, senhores, continuai a enviar a infância à bela antiguidade, onde a escravidão é a base do sistema social; onde o ódio recíproco das castas é o sentimento universal; onde o divórcio é consagrado pela lei; onde o socialismo é ensinado pela filosofia, gabado pela eloquência, cantado pela poesia: continuai a dar-lhe por modelo a calma da antiga Roma, a paz da antiga Roma, a santidade da antiga Roma, e contai que ela vos voltará fresca e pura.

Notas

[1] *Baccalauréat et socialisme*, p. 24.

[2] Na *Éducation des filles* [Educação das meninas], Fénelon chega a deixar entrever o desejo de que as mulheres modernas se vistam como as mulheres da antiga Grécia: «Eu gostaria de mostrar às meninas a nobre simplicidade que transparece nas estátuas e nas outras figuras que nos restam das mulheres gregas e romanas; veriam nelas quão agradáveis e majestosos são os cabelos atados negligentemente por trás e as roupagens cheias e flutuantes de longas pregas. Seria bom até que ouvissem falar os pintores e as outras pessoas que têm o gosto requintado da antiguidade.»

[3] *Ib.*, p. 26.

[4] *Ib.*, p. 28.

[5] *Esprit des lois*, liv. IV, cap. 8.

[6] *Id.*, *ib.*, liv. V.

[7] *Id.*, *ib.*

[8] *Ib.*, cap. 6.

[9] *Ib.*, liv. VIII, cap. 16.

[10] *Discours sur le rétabliss. des sciences et des arts* [Discurso sobre o restabelecimento das ciências e das artes].

[11] *Discours sur l'inégal. des conditions* [Discurso sobre a desigualdade das condições].

[12] *Baccalauréat et socialisme*, p. 55.

[13] A espoliação, a guerra, a escravidão, o divórcio, o materialismo e o comunismo!

[14] *Rapport*, etc., 1844.

Revision #1
Created 22 November 2026 17:19:50 by Admin
Updated 22 November 2026 17:19:50 by Admin